

A DISCUSSÃO AMBIENTAL NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: a transversalidade existe?

Pedro Murilo Lima Junqueira – pedro.murilo.junqueira@gmail.com
Marli Auxiliadora da Silva – marli.silva@ufu.br

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar como a Educação Ambiental é discutida no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no *campus* Pontal. É pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, que utilizou de análise em fontes documentais, como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), as fichas de disciplinas, e planos de ensino para coleta de informações. Também foram utilizadas entrevistadas semiestruturadas, cuja análise com base em termos e expressões foi triangulada com informações das fontes primárias. No que tange a pesquisa documental, os resultados revelaram que o PPC prevê que o curso deve oferecer discussões relativas às questões ambientais; nas fichas de disciplinas constatou-se a referência a temas ambientais nas seguintes disciplinas: Ética e Responsabilidade Social, de natureza obrigatória, e Educação Ambiental, de natureza optativa. As entrevistas revelaram que, mesmo sendo previstas em uma única disciplina de natureza obrigatória, a Educação Ambiental é discutida em sala de aula, sobretudo quando se discute questões relacionadas a passivos e custos ambientais, em disciplinas como Contabilidade Agropecuária e Teoria da Contabilidade. Todavia quando a discussão ocorre a metodologia usada é a expositiva. Confirmou-se, também nos relatos, que a Educação Ambiental é tratada no curso, em eventos de pesquisa e extensão, quando são ministradas palestras e mesas redondas para discussão de temas relacionados ao meio ambiente, constatando-se que o tema perpassa, de forma transversal, pelos conteúdos da contabilidade e da formação do profissional contábil.

Palavras-chave: Educação ambiental. Contabilidade. Ciências Contábeis. Transversalidade.

THE ENVIRONMENTAL DISCUSSION IN THE CURRICULUM MATRIX OF THE ACCOUNTING COURSE: does transversality exist?

ABSTRACT

This research sought to investigate how Environmental Education is discussed in the undergraduate course in Accounting at the Federal University of Uberlândia (UFU), on the Pontal campus. It is exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, which used analysis of documental sources, such as the Pedagogical Project of the Course (PPC), the subject sheets, and teaching plans to collect information. Semi-structured interviews were also used, whose analysis based on terms and expressions was triangulated with information from primary sources. With regard to documentary research, the results revealed that the PPC provides that the course should offer discussions related to environmental issues; in the subject sheets, reference to environmental themes was found in the following subjects: Ethics and Social Responsibility, which is mandatory, and Environmental Education, which is optional. The interviews revealed that, even being foreseen in a single mandatory subject, Environmental Education is discussed in the classroom, especially when discussing issues related to environmental liabilities and costs, in subjects such as Agricultural Accounting and Accounting Theory. However, when the discussion takes place, the methodology used is expository. It was also confirmed in the reports that Environmental Education is addressed in

the course, in research and extension events, when lectures and round tables are given to discuss themes related to the environment, verifying that the theme permeates, in a way transversal, through the contents of accounting and the training of accounting professionals.

Keywords: Environmental education. Accounting. Accounting Sciences. Transversality.

1 INTRODUÇÃO

A educação é apontada como parte primordial para a transformação do meio ambiente, e durante a Conferência Eco 92, as discussões se intensificaram e se estenderam ao campo político brasileiro de modo a ser instituída a Lei de nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental. A educação ambiental é descrita como “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, p. 1).

No campo acadêmico brasileiro a discussão de questões ambientais tem ocorrido, sobretudo após a década de 1990, e o ensino de contabilidade pode contribuir a essas discussões, pois de acordo com Andrade (2008), o papel da educação é favorecer a conscientização sobre a realidade, levando em consideração aspectos ecológicos, políticos, econômicos, compreensão e transformação culturais e sociais. No campo da Contabilidade destaca-se a iniciativa da pesquisadora Máisa Ribeiro, uma das pioneiras na pesquisa sobre Contabilidade Ambiental desde 1993, ao iniciar discussões sobre como alterar o valor do patrimônio de empresas de acordo com suas ações no meio ambiente, discutindo sobre passivos ambientais que “têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, os quais podem constituir-se em despesas do período atual ou anteriores” (RIBEIRO, 2005).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Superior (BRASIL, 2012). No curso de Ciências Contábeis, no entanto, a organização do ensino, e conseqüentemente dos currículos, obedece a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 10/2004, que é anterior a Resolução CNE nº 02/2012, e não trata da Educação Ambiental nos aspectos de formação do profissional da contabilidade.

Apesar de não constar nenhuma referência na Resolução CNE/CES nº 10/2004, a educação ambiental é obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino, e por isso, as instituições possuem legislação específica, regulamentando sua discussão. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que oferta o curso de ciências contábeis em duas unidades acadêmicas, é a Resolução nº 26/2012, do Conselho Universitário, que estabelece a política ambiental da UFU. A instituição, nesse documento, se propõe a promover ações de ensino, pesquisa e extensão, orientadas pelos princípios e objetivos da política de educação ambiental nacional. A política mencionada tem como seus objetivos: “promover a educação ambiental, desenvolvendo uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, incorporando a ética ambiental em todas as suas atividades” (UFU, 2012, p. 5).

Considerando que a Contabilidade é um sistema de informação entre a empresa e a comunidade, as questões ambientais e ecológicas devem permear o diálogo empresa-comunidade, para que ações que impactam o meio ambiente sejam relatadas de forma transparente nos registros, contabilizações e nas divulgações ao usuário da informação contábil (GALVÃO; TENÓRIO, 2009). Nesse sentido, é necessária a inserção da Educação Ambiental nas discussões acadêmicas, não apenas devido às legislações relativas ao assunto, mas a fim de se criar uma consciência ambiental crítica no futuro profissional contábil.

O ensino da contabilidade ambiental e outras questões relacionadas às questões ambientais têm sido discutidos em pesquisas como feito por Weizenmann (2011) que analisou

a presença das questões ambientais no processo de formação do contador, e de forma mais específica nos currículos. Coordenadores entrevistados relataram a importância da disciplina para a formação dos futuros contadores, mas são poucos os cursos que possuem a disciplina contabilidade ambiental, de forma obrigatória ou optativa, em seus currículos. Batista e Ramos (2011) pesquisaram sobre a Educação Ambiental no ensino superior, no Brasil e em Portugal, observando que no ensino superior existe dificuldade de se construir projetos institucionais, o que resulta em práticas pontuais de Educação Ambiental. De acordo com o estudo, esta situação ocorre porque um conjunto de reformas educativas globais pressionam as instituições de ensino a atenderem de forma imediata ao mercado de trabalho.

A Educação Ambiental é o assunto investigado nesta pesquisa, delimitando ao ensino superior de ciências contábeis, e de forma mais específica ao curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no *campus* Pontal. Esta pesquisa busca responder ao questionamento: como a Educação Ambiental é discutida no curso de graduação em Ciências Contábeis da UFU, campus Pontal? Dessa forma, o objetivo geral consiste em investigar como a Educação Ambiental é discutida no curso em tela. Como objetivos específicos citam-se: (i) identificar como a Educação Ambiental está inserida em fontes documentais do curso; e (ii) identificar as metodologias de ensino utilizadas pelos docentes para discutir as questões ambientais. Nesta pesquisa as fontes documentais se restringem ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), fichas de disciplinas, e planos de ensino.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

De acordo com Alencar e Barbosa (2018) os cursos de formação devem preparar o indivíduo para que ele esteja sensível e atento às questões ambientais e sociais, e não apenas para as solicitações do mercado de trabalho. Sendo assim, as universidades possuem um compromisso e uma responsabilidade ambiental e social com a comunidade. Para atender este compromisso, a universidade, por meio de resoluções e regulamentações aponta os caminhos para que os cursos trabalhem as questões ambientais.

Existem diferentes formas de se trabalhar determinados conteúdos em um curso de graduação, podendo ser de forma disciplinar, ou com palestras, pesquisas científicas, minicursos, projetos de extensão, por exemplo. Conforme Andrade (2018) o conteúdo segmentado em disciplinas facilita a organização curricular, mas Miranda, Leal e Medeiros (2010, p. 4) já explicavam que a disposição do conteúdo e das próprias disciplinas no fluxo curricular “muitas vezes de forma fragmentada, dificulta a apropriação do conhecimento para a construção de uma visão contextualizada e crítica da realidade”. Por isso, para evitar a fragmentação do conteúdo que a disciplinaridade pode provocar, outras formas de apresentação e discussões de um conteúdo podem ser utilizadas, entre elas a transversalidade.

A Educação Ambiental insere-se nos Temas Contemporâneos Transversais e é prevista em legislação como a já mencionada Resolução CNE nº 02/2012, que determina que as instituições de ensino façam a inserção do tema em seus projetos institucionais e pedagógicos, permitindo essa inserção de diferentes formas: de forma transversal ou como conteúdo dos componentes já constantes do currículo ou pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012).

O objetivo da Contabilidade Ambiental e da Educação Ambiental em geral, é criar consciência crítica no discente, que seja capaz de influenciar nas suas ações futuras, e dessa forma suspender ou diminuir a realidade em que nos encontramos, definida pela devastação dos ecossistemas, da progressiva poluição do solo, da água e do ar, da carência alimentar, e pela pobreza mundial. Observando isso, Oleiro (2016) explica que é uma visão tortuosa esperar que a Educação Ambiental, por si só, possa ser a solução para esses problemas; é uma visão que consegue apenas ver a forma, mas sem conseguir observar seu conteúdo, dado os entendimentos e contexto que se apresentam. Oleiro (2016) conclui que uma Educação

Ambiental que pretenda alcançar tal objetivo, deve ser construída a partir de uma práxis transformadora da realidade.

Calixto (2006) e Varelo *et al.* (2011) pesquisaram sobre a oferta e inserção da disciplina Contabilidade Ambiental em todo país, sendo que o primeiro estudo concluiu que a maior dificuldade para acrescentar a disciplina nos cursos de contabilidade é a adequação da matriz curricular, demonstrando que há necessidade de se avançar muito para disseminar a cultura ambiental no ensino contábil brasileiro àquela época. Em concordância, o segundo estudo encontrou na época da pesquisa que havia 270 instituições que ofertavam o curso de Ciências Contábeis, e entre eles apenas 72 instituições ofereciam a disciplina. Nas instituições que ofereciam a disciplina apenas 58 a consideravam de natureza obrigatória; nas demais instituições a disciplina era ofertada como optativa.

Weizenmann (2011) pesquisou sobre a relevância dispensada pelas instituições sobre a inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental. O autor encontrou que poucas instituições têm a disciplina em sua grade curricular obrigatória, assim como também são poucas as instituições que possuem a disciplina de forma optativa ou eletiva. Silva e Haetinger (2012) tiveram como resultado em sua investigação, que a maioria dos cursos pesquisados trabalha a Educação Ambiental dentro de disciplinas do curso; poucos possuíam uma disciplina voltada ao meio ambiente. Silva e Haetinger (2012) encontraram como justificativas para a não inclusão de disciplinas e a ausência de discussão do assunto a “falta de referência, insegurança por parte dos professores em introduzir esse assunto em sua disciplina e ausência de um plano metodológico de como fazer um “gancho” com a realidade local”. Outra justificativa possível, é apresentada pelos pesquisadores como sendo a falta de um especialista no assunto auxiliando na construção dos currículos, e por isso não se constrói um currículo que faça a intersecção da universidade com o meio ambiente e comunidade local.

Segundo Araújo e Leal (2015) nos cursos de Ciências Contábeis as discussões de questões ambientais são previstas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que durante a Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento, em 1998, publicou o Currículo Mundial de Contabilidade Ambiental, a fim de servir de base para as Instituições de Ensino Superior (IES) construírem os seus currículos. De acordo com suas particularidades, algumas universidades do Brasil incluíram disciplinas de Contabilidade Ambiental com um currículo bem similar ao proposto pela ONU. As autoras identificaram que a maioria das IES do sudeste brasileiro apresenta em suas ementas conteúdos sobre a Contabilidade Ambiental, e que vão além do proposto no Currículo Mundial.

Na graduação, no ensino superior, no curso de Ciências Contábeis, Cavalcante *et al.* (2017) apontam que os discentes que já cursaram alguma disciplina voltada ao meio ambiente são minoria, da mesma forma que são poucos os que participam de eventos envolvendo o tema. A pesquisa de Oliveira (2019) mostrou que os projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis pesquisados, não possuem menção a legislação que faz referência à Educação Ambiental, e mesmo sendo uma exigência legal a Educação Ambiental ainda sofre muita resistência nestes cursos. Essas limitações impedem que a educação aconteça de forma interdisciplinar e transdisciplinar nas disciplinas dos cursos.

Moreira *et al.* (2020) concluíram em sua pesquisa que o curso de Ciências Contábeis pesquisado não proporciona a Educação Ambiental de forma transversal e que, a maioria dos discentes que tiveram acesso às temáticas acerca dos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável foram aqueles que se matricularam na disciplina Contabilidade Ambiental, pois o componente curricular contém as questões socioambientais. Melo *et al.* (2020) também concluíram que os cursos de Ciências Contábeis que foram pesquisados, não possuem uma Educação Ambiental sendo ensinada de forma transversal para seus discentes, e a maioria deles não tiveram contato com o tema. A pesquisa também apontou que a maioria dos

discentes considera que deve haver um componente curricular de Educação Ambiental na graduação em Ciências Contábeis.

2.1 Transversalidade: do conceito legal à didática

Os documentos oficiais do Governo Federal tratam a transversalidade em perspectivas e momentos diferentes. Os documentos que dissertam sobre este tema são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997; Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013; e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017/2018, nos quais se percebem as perspectivas de discussão da transversalidade que foi se modificando ao longo do tempo, mas que são similares.

Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013, p. 29).

Nos PCN a denominação utilizada é Temas Transversais, sendo eles: Saúde, Ética, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, e Trabalho e Consumo. A sua aplicação é recomendada para a educação básica e seus assuntos deveriam contemplar diversas disciplinas, porém não havia obrigatoriedade em sua aplicação, sem uma legislação ou norma específica (BRASIL, 1997).

As DCN nomeiam o tema como Eixos Temáticos Norteadores, não existindo um número específico de eixos, pois os temas transversais se configuram como temas gerais. Dessa forma os educadores e educandos possuem liberdade de escolher o que desejam estudar, podendo estes temas estar conectados a outros assuntos. O objetivo é que o trabalho seja em equipe, para que se superem os isolamentos das pessoas e dos conteúdos fixos. O embasamento legal é o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 14/2000 que estabelece a relação entre a base e a parte diversificada, indissociavelmente e de forma transversal (BRASIL, 2013).

A partir das DCN estabeleceu-se a Base Nacional Comum Curricular que instituíram nos currículos as bases comuns. A BNCC indica como Temas Contemporâneos Transversais (TCT) e Integradores 15 temas em seis macroáreas: Meio Ambiente; Economia; Saúde; Cidadania e Civismo; Multiculturalismo; e Ciência e Tecnologia. Neste documento os TCT são de caráter obrigatório para elaboração e adequação dos currículos que devem orientar as propostas e práticas pedagógicas de forma transversal e integradora. Tendo em vista sua base legal, na BNCC os temas contemporâneos transversais são regidos por marcos legais determinados (BRASIL, 2019).

No documento “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC”, o transversal é definido como aquilo que atravessa. Ou seja, assuntos transversais não estão vinculados a apenas uma área do conhecimento em particular, mas passeia por várias delas, pois pertence a elas e com elas se aproxima da realidade do estudante (BRASIL, 2019). A transversalidade se baseia na inclusão de alguns temas nas disciplinas convencionais, entendendo que o conhecimento não é algo estável, pronto ou acabado. A orientação da transversalidade é de se instituir nas teorias sistematizadas questões da vida real, para que se aprenda sobre a realidade na realidade e da realidade (BRASIL, 2013).

Os temas transversais não devem ficar engessados, pois devem dizer a respeito de temas do cotidiano e da vivência do aprendiz, tal vivência que está em constante transformação, portanto devem ter agilidade para possíveis mudanças. Não basta o professor

mencionar os temas transversais vez ou outra, ele deve organizar o currículo inteiro pensando nos temas transversais (GALLO, 2001). Como o meio ambiente é um tema transversal, no ensino superior, a Resolução CNE nº 02/2012, em seu artigo 7º, reafirma que as instituições de ensino devem promover a Educação Ambiental “integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos” (BRASIL, 2012, p. 3) e que:

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação, e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico (BRASIL, 2012, p. 3).

A Resolução CNE nº 02/2012, no artigo 16 é orienta que:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012, p. 5).

Decorrente da orientação legal, e conforme apontam estudos já citados (CALIXTO, 2006; VARELO *et al.*, 2011; WEIZENMANN, 2011; SILVA; HAETINGER, 2012; ARAÚJO; LEAL, 2015; MOREIRA *et al.*, 2020; MELO *et al.*, 2020), a Educação Ambiental é inserida, de forma disciplinar, em alguns cursos de graduação em Ciências Contábeis na forma de disciplinas obrigatórias e optativas, mas que pode e deve, conforme orientação legal inclusive, perpassar pelas disciplinas de forma interdisciplinar e transversal. No entanto, é preciso ter em mente que as determinações legais para o ensino interdisciplinar e transversal não assegura que de fato o mesmo aconteça dentro das instituições de educação. Portanto deve haver uma constante avaliação do ensino e práticas voltadas para a formação do sujeito, para que a essência da transversalidade não se perca.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito à metodologia esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Gil (2002) descreve pesquisa exploratória como sendo aquela com o objetivo de proporcionar maior vínculo com o problema, para com isso torná-lo mais explícito, e com essa pesquisa será possível contribuir as ideias que já existem sobre o assunto. Também é pesquisa descritiva, pois as “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]” (GIL, 2002, p. 42) e este estudo buscou a identificação do fenômeno relativo à forma como a Educação Ambiental é inserida e discutida no curso de Ciências Contábeis da UFU, *campus* Pontal. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa que utilizou uma análise interpretativa para apresentação das informações coletadas em entrevistas junto aos docentes do curso.

Para a coleta de dados realizou-se levantamento documental mediante análise de fontes primárias – Projeto Pedagógico do Curso (PPC), fichas de disciplina, e planos de ensino – a fim de identificar como a Educação Ambiental aparece nesses documentos e para a triangulação com as informações colhidas junto aos(as) docentes. Os documentos foram colhidos digitalmente, através do site da Unidade Acadêmica FACES, na página institucional online do curso de graduação em Ciências Contábeis, através do link

<http://www.faces.ufu.br/graduacao/ciencias-contabeis>. Nesta página contém a área do PPC, das fichas de disciplina e dos planos de ensino. As análises foram feitas através do aplicativo *Adobe Acrobat Reader*, utilizando a ferramenta de busca de palavras.

Também foi realizada entrevista com docentes do curso a fim de levantar informações sobre como eles abordam a discussão da Educação Ambiental e de questões contábeis socioambientais em suas disciplinas, de forma a confirmar como o assunto está inserido nas metodologias de ensino em seus planos de ensino, e em sua prática: se de forma transversal ou como conteúdo dos componentes já constantes do currículo ou se pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares como previsto na Resolução CNE nº 02/2012. O roteiro consta no Apêndice A.

A população é composta por 10 (dez) docentes efetivos, tendo no momento da realização desta pesquisa 2 (dois) docentes afastados, e 2 (dois) docentes substitutos. As entrevistas foram realizadas entre os dias 05 a 22 de outubro de 2021. Foram realizadas quatro entrevistas *online* através de chamadas de vídeo utilizando o aplicativo *Skype*, e dois docentes responderam ao roteiro da entrevista, através do aplicativo *Google Forms*. Foi solicitada permissão para gravação das entrevistas, assim como a concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para manter a identidade dos entrevistados em sigilo, na apresentação e discussão de resultados, os entrevistados foram identificados por letras e números, e a ordem foi escolhida através de sorteio. A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada com base nos termos e expressões.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa seção a discussão dos resultados é dividida na análise documental, para cada um dos documentos: PPC, fichas das disciplinas e planos de ensino; e análise dos relatos dos(as) docentes entrevistados(as).

4.1 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O documento Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências Contábeis tem a finalidade de enunciar as diretrizes, os propósitos, e os procedimentos adotados para a formação do profissional da área, e é o documento oficial de apresentação do curso. Foi produzido pela Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico em 2007. Nele contém a identificação; endereços apresentação; justificativa; princípios e fundamentos; caracterização do ingresso; objetivos do curso; estrutura curricular; diretrizes gerais para o desenvolvimento metodológico do ensino; diretrizes para os processos de avaliação da aprendizagem e do curso; e duração do curso.

A pesquisa documental consistiu em uma busca de palavras com os seguintes termos: meio ambiente, ambiental, ambientais, ambientalismo e transversal. Foram encontrados dois trechos que falam sobre a questão ambiental. Na justificativa, na página 8 do PPC, a redação aponta que nas organizações o trabalho do contador é responsável pela ciência de atender aos diversos usuários internos e externos da instituição, entre outros os acionistas da empresa, o governo, investidores, credores, e os **ambientalistas** (grifo nosso) que exigem conhecer as contribuições ou alterações que a empresa faz ao meio ambiente.

Na área de caracterização do egresso, na página 13, nos atributos de natureza social que dizem respeito aos atributos que discente deve ter como ser social, e que a formação fará com que o contador se torne capaz de estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas. E no que tange às questões ambientais o profissional dever ter uma preocupação com o meio ambiente em que está inserido.

Visto isso, observa-se que o projeto pedagógico prevê a necessidade de se construir um pensamento crítico às questões ambientais, tanto na justificativa, quanto na caracterização

do egresso, ou seja, entre as características que o contador deve ter, está a preocupação com o meio ambiente.

4.2 FICHAS DE DISCIPLINA

As fichas de disciplinas são documentos essenciais para a elaboração do plano de ensino, e elas carregam informações como a carga horária, ementa, objetivo, e bibliografia da disciplina; e são construídas pela comissão de elaboração do Projeto Pedagógico. O curso investigado possui 70 (setenta) fichas de disciplina, sendo 47 (quarenta e sete) disciplinas de natureza obrigatória, e as demais optativas. A busca foi realizada com as seguintes palavras: meio ambiente, ambiental, ambientais, ambientalismo e transversal. Entre as disciplinas obrigatórias, nenhuma mencionava os termos buscados. Entre as disciplinas optativas 4 (quatro) mencionaram ao menos uma vez os termos buscados, representando 17,4% das disciplinas optativas, e 5,7% de todas as disciplinas ofertadas pelo curso.

A ficha da disciplina Contabilidade de Organização do Terceiro Setor, na página 1, possui o seguinte objetivo: “Evidenciar os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de responsabilidade pública, que dizem respeito às atividades desempenhadas pelas entidades econômicas”. Assim, entende-se que o(a) docente poderá trabalhar a questão ambiental através das evidenciações ambientais que as entidades econômicas desempenham.

A disciplina Educação Ambiental, possui todo o conteúdo curricular voltado para as questões ambientais. Na primeira página, mostra que a metade da carga horária é teórica e a outra metade prática. No que tange a práticas metodológicas, a ficha deixa explícito que o professor pode utilizar metodologia de projetos de Educação Ambiental formal e não formal, e o objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno conhecimentos, valores, e ações, para que ele haja com responsabilidade em seu local de vivência.

Na descrição do programa do componente curricular Legislação Previdenciária, no item 21 da página 4, que trata as aposentadorias especiais, constam os seguintes temas: constatação a agentes agressivos, condições ambientais de trabalho, laudo médico de condições ambientais. A descrição completa do programa possui 22 itens, e apenas um deles dá margem ao docente para tratar de temas relativos ao meio ambiente.

Na ficha da disciplina Sociologia, na descrição do programa, o item 6, na página 2, que trata de temas emergentes, traz “Ecologia e Ambientalismo”. As questões ambientais poderão, nessa disciplina, serem tratadas de forma direta, sendo o conteúdo o último a ser discutido. Oportuno ressaltar, que embora essa ficha de disciplina esteja disponibilizada, a mesma nunca foi ofertada por docentes do próprio curso ou em outros cursos das Unidades Acadêmicas no *campus* Pontal, o que impossibilita ao discente cursá-la.

Em síntese, em 4 (quatro) disciplinas, sendo elas optativas é citada em pelo menos algum momento a Educação Ambiental, e sendo assim este conteúdo poderá ser levado para o plano de ensino do professor que irá lecionar a disciplina, pelo fato das fichas de disciplina servirem como base para os professores construírem o plano de ensino. Mesmo que a maioria das disciplinas não mencione algo sobre temas ambientais essas questões poderão estar presentes nos planos de ensino.

4.3 PLANOS DE ENSINO

O Plano de Ensino é um documento preparado pelo docente, que contém o planejamento do que vai ser discutido em sala de aula, sendo que o docente utiliza a ficha de disciplina como base para preparar o seu plano de ensino. O plano de ensino é composto pela identificação que contém informações como o nome do docente, o código da disciplina, a unidade geradora, a ementa, a justificativa, o objetivo, o programa, a metodologia, a avaliação e a bibliografia. Neste estudo foram analisados 48 (quarenta e oito) planos de ensino relativos a todas as disciplinas ministradas no ano de 2021.

Na busca realizada nos planos de ensino foram usados os seguintes termos: meio ambiente, ambiental, ambientais, ambientalismo e transversal. Na totalidade de planos analisados apenas 2 (dois) possuem algum dos termos pesquisados, sendo uma disciplina de natureza optativa e a outra uma disciplina de natureza obrigatória. O plano de ensino da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisas I, disciplina obrigatória, que é ofertada ao 2º período, aponta na seção de metodologia na página 1, que uma das técnicas de ensino utilizada é a apresentação e entrega de um projeto sobre Educação Ambiental profissional/social. O outro plano de ensino é da disciplina optativa Educação Ambiental, trata de forma pedagógica as políticas nacionais de Educação Ambiental. Vale ressaltar que ambas as disciplinas foram ministradas pela mesma docente.

4.4 ENTREVISTAS

Foram entrevistados 6 (seis) docentes, entre eles 5 (cinco) professores titulares e 1 (um) substituto. Entre os(as) entrevistados(as), 5 (cinco) professores possuem cursos de doutorado e 1 (um) possui curso de mestrado. Quatro entrevistas ocorreram virtualmente através do aplicativo de vídeo *Skype*, e duas entrevistas foram respondidas através do aplicativo de formulários *Google Forms*. Oportuno ressaltar que uma consulta prévia ao currículo *lattes* de cada docente precedeu a realização das entrevistas a fim de confirmar informações sobre a formação pedagógica de cada entrevistado.

Inicialmente questionou-se como a formação do docente [diversificada ou não] contribuía para sua prática docente, a fim de identificar se a formação do docente lhe capacitava ao uso de metodologias e estratégias de ensino diversificadas. Entende-se que se a temática relativa à educação ambiental perpassar transversalmente pelas discussões no curso, o uso de metodologias diversificadas poderia ser usado.

A maioria dos docentes relatou possuir uma formação que propicia o uso de metodologias e estratégias diversificadas. E6 relatou ter feito uma disciplina de metodologias durante sua formação, e já realizou pesquisas sobre metodologias de ensino ativas, o que mostra que sua formação lhe permite inserir em sua prática pedagógica o uso de metodologias diversificadas. Apenas E1 respondeu que não considera suas metodologias e estratégias de ensino diversificadas, visto que o foco de sua formação sempre foi a contabilidade e finanças, contudo relatou que cursou no mestrado e doutorado disciplinas que discutiram assunto para capacitar para a docência.

Em seguida solicitou-se ao entrevistado que falasse um pouco sobre o que pensa a respeito do assunto também no contexto acadêmico, e ainda que justificasse, se em sua opinião o contador precisa em sua formação de temas relacionados à questões socioambientais. Com ambas as questões buscava-se identificar a compreensão do/da docente sobre a inserção da discussão no ensino das Ciências Contábeis.

A maioria dos docentes, quatro entre os entrevistados e entrevistadas, é favorável à inserção do tema no ensino superior. E2 respondeu positivamente e completou: “isso precisa estar no contexto acadêmico, os impactos não são somente ambientais, são socioambientais”. Também E4 respondeu ser favorável a presença do tema no contexto acadêmico, e continuou “no que diz respeito ao meio ambiente tem que ser disseminado de forma formalizada, estando presente no ensino básico, médio, superior e educação continuada”.

É necessário ter um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a preservação deles. Inclusive os impactos ambientais causados pelas empresas, geram custos às mesmas (empresas). Nesse contexto, entra a figura do contador, que precisa ter conhecimento do assunto, para ajudar a empresa a lidar com essas questões. (E1)

Ainda com relação à inserção da discussão sobre impactos ambientais no contexto acadêmico E6 relata que é “*válido discutir se isso dentro do contexto acadêmico,*

independente do curso, porque isso impacta as questões ambientais impactam a todos nós". Para E7 a discussão deve estar presente desde o ensino fundamental até a pós-graduação, e colocou como uma alternativa que *"a discussão pode ser por meio de projetos de extensão"*.

Já E3 entende que o curso deveria focar necessariamente em assuntos da área, e completou: *"para o nosso curso, para as disciplinas em si, eu creio que não é cabível [a discussão de questões socioambientais]. Mas para o ambiente universitário eu creio que essa discussão é passível de existir, por meio de especialistas na área"*. E5 também não concorda que o tema deve estar presente nos conteúdos curriculares do curso, e relata *"Isso aí eu acho que nem teria que vir do ensino superior, isso já tinha que ser tratado lá no ensino básico"*.

A opinião de E5 sobre a necessidade de o contador, em sua formação, possuir conhecimento e domínio de temas relacionados a questões ambientais dentro do processo de ensino e aprendizagem é ratificada pela fala: *"o foco do curso de contabilidade ao meu ver é ensinar a criar riqueza, tem que ensinar a criar valor"*.

E7 ao relatar que o contador precisa em sua formação de temas relacionados às questões ambientais, completou *"por se tratar de assunto de ampla importância a todas as profissões, e o contador não poderia ficar de fora."* A E6 relatou o seguinte *"a gente vê hoje que a contabilidade ambiental de forma geral ela tem ganhado muito espaço"* e completa *"e a gente sabe que isso agrega valor de mercado as empresas, e o contador precisa compreender isso daí"*. E2 colocou que as questões ambientais são importantes para a humanidade, e que o contador faz parte disso.

E1 considerou o contador como sendo um profissional muito importante dentro das empresas, *"os impactos ambientais podem gerar gastos altíssimos para as empresas se não forem evitados. O contador precisa, portanto, ter conhecimento disso, para contribuir nas decisões que envolvam a exploração de recursos naturais"*. Para E4 *"se existe a possibilidade de tudo acabar tudo precisa ser mais bem aproveitado"*; ela entende que o contador é o responsável por identificar as possibilidades de melhoramento, alocando recursos financeiros com base na gestão ambiental.

Também sobre a necessidade da formação do contador incluir temas relacionados às questões ambientais o E3 colocou que o contador precisa dos temas ambientais, naquilo *"que for relacionada a contabilidade em si, aos impactos patrimoniais de alguma prática que a empresa fizer no meio ambiente"*, e colocou que outros assuntos que não forem relacionados a contabilidade em si, devem dar espaço a assuntos mais urgentes da própria área, *"Agora no conhecimento geral em si eu creio que tenham coisas mais importantes a serem trabalhadas no curso de maneira geral"*.

Também foi questionado ao docente de que forma ele/ela inseria questões relacionadas ao meio ambiente na discussão com seus/suas discentes. No que tange às pesquisas científicas e aos projetos de extensão, que podem caracterizar formas diferentes de a Educação Ambiental perpassar pelo curso, apenas E3 possui uma pesquisa voltada as discussões relativas ao meio ambiente, que é sua tese de doutorado, na qual investigou sobre a forma como os passivos ambientais das empresas são divulgados; ele ainda informou possuir pesquisas voltadas ao tema. Os demais docentes declararam possuir projetos de extensão ou pesquisa, porém não possuem relação com o meio ambiente.

No que tange aos assuntos discutidos em sala de aula, a maioria dos entrevistados respondeu que já trabalharam em algum momento as questões ambientais em pelo menos uma disciplina. Apenas E6 relatou não conhecer tratar dos temas ambientais em nenhuma das disciplinas que ministra. Apenas dois/duas não trabalharam nenhuma questão ambiental em suas disciplinas. E1 mencionou que já tratou de desastres ambientais citando o desastre de Brumadinho (Vale do Rio Doce), na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis, e como isso poderia afetar a empresa em termos de custos e nos reflexos nos indicadores contábeis naquele período e em períodos futuros.

Ainda em relação à forma como o tema é abordado na prática pedagógica, E2 respondeu que a disciplina que ela consegue trabalhar o conteúdo na disciplina de Ética, na parte de responsabilidade social, porém discute de forma superficial e não tem o aprofundamento necessário. E3 consegue trabalhar as questões ambientais na disciplina de Contabilidade Intermediária 1, e na disciplina de Contabilidade Internacional, no momento de trabalhar com provisões e passivos contingentes, utilizando exemplos de empresas que ao degradar o meio ambiente, devem gerar uma obrigação para ela recuperar daqui a cinco ou dez anos, e fazer uma estimativa de recuperação do meio ambiente.

Ainda sobre a discussão em sala de aula, E4 respondeu que já ministrou as disciplinas: Direito Ambiental e Educação Ambiental, e Métodos e Técnicas de Pesquisa I. Na primeira disciplina E4 discute sobre o direito ambiental; e na segunda disciplina são tratadas, de forma pedagógica, as políticas nacionais de Educação Ambiental; na terceira e última disciplina a questão ambiental foi trabalhada na entrega de um projeto sobre Educação Ambiental [vale ressaltar que a disciplina Direito Ambiental não foi ofertada no curso investigado, e sim em outro curso onde E4 já ministrou aulas]. E5 relatou que na disciplina Contabilidade Intermediária II, ele discutiu as questões ambientais quando trabalha o Balanço Social, que trata exclusivamente do quanto a empresa está investindo no meio ambiente.

Sabendo a UFU instituiu a Resolução nº 26, de 30 de novembro de 2012, que estabeleceu a Política Ambiental da Universidade, e determinou a inserção do tema nos componentes curriculares do curso, questionou-se aos entrevistados quais mudanças foram implementadas no seu curso para atendimento ao previsto na Resolução. Buscou-se identificar o conhecimento do(a) docente acerca da legislação e das discussões no curso sobre o assunto.

Três dos docentes entrevistados relataram que a disciplina Educação Ambiental pode ser uma decorrência da resolução; mas a maioria dos docentes entrevistados disse não conhecer a resolução pelo fato de terem entrado na Universidade após a data que foi escrita a Resolução. E5 completou que *“não foi apresentado em nenhum momento quando a gente teve o treinamento sobre essa resolução”*. E7 colocou *“acho possível discutir o tema por meio de disciplina optativa, projetos de extensão, palestras, etc.”*.

De todos os docentes entrevistados apenas E1 relatou ter dificuldades para trabalhar os temas ambientais em sua disciplina, ao explicar que foi um assunto pouco discutido durante sua formação. Já a maioria, relatou não possuir dificuldades para trabalhar temas ambientais. E3 mencionou que nunca procurou tratar nada além dos passivos contingentes e provisões, e que fosse relacionado com as questões ambientais. E E6 colocou *“eu teria que ter um aprofundamento melhor para ministrar uma disciplina que tratasse esses aspectos, mas é questão de não ter tido ainda a necessidade”*. E7 relatou *“Entendo que os temas ambientais são muito importantes, mas não estão abarcados na minha área de conhecimento”*.

Os/as docentes que concordam que a temática deve estar inserida no curso complementaram, a exemplo de E7, que é importante trabalhar a educação ambiental no curso, e inclui *“acredito que temas socioambientais devem ser discutidos ao longo de sua formação [no caso a formação do bacharel em Ciências Contábeis]”*. A E2 colocou o contador como parte de um todo, que no caso é a sociedade, e com isso completou que *“a Educação Ambiental é fundamental para que as pessoas se tornem mais conscientes sobre a sustentabilidade e a importância de construir um futuro mais limpo para as próximas gerações”*. O curso também está inserido nesta sociedade, portanto a docente E2 completa *“o nosso curso está inserido, e tem que ter a Educação Ambiental, e eu acho que todas as escolas tem o dever de ensinar os métodos de preservação”* e completou dizendo que as sociedades que conseguem conciliar evolução tecnológica com a demanda de consumo sem afetar o meio ambiente devem ser valorizadas.

Ainda sobre a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no curso, a docente E4 colocou que a questão ambiental deve estar presente no curso, pois *“a questão do meio*

ambiente está no imaginário das pessoas leigas apenas em reciclar e reutilizar, e esquece da questão social do meio ambiente, pois o meio ambiente desequilibrado, ou artificial, traz a questão da marginalização e do desequilíbrio de renda”. E3 informou que o curso ofereceu a disciplina Educação Ambiental no semestre atual, e que os discentes que se graduaram antes disso não tiveram nenhuma formação em relação às questões ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa onde o objeto de estudo foi o curso de Ciências Contábeis da UFU, no *campus* Pontal, teve como objetivo geral compreender como a Educação Ambiental está inserida e é discutida no curso. A análise documental do PPC mostrou que as questões ambientais devem ser de interesse do contador, pois os ambientalistas são usuários externos das demonstrações contábeis, e a eles interessam conhecer quais são as ações da empresa diante o meio ambiente, e o contador tem o compromisso de passar a informações de forma fidedigna. E o PPC também propõe que uma das características do egresso do curso seja a preocupação com o meio ambiente em que ele está inserido.

Já a análise das fichas de disciplinas evidenciaram que poucas foram as fichas que previam algum conteúdo relativo as questões ambientais, onde nenhuma disciplina obrigatória possui algum tema voltado a essas questões, e quatro disciplinas optativas previram algum tipo de discussão relativa ao meio ambiente, e apenas uma docente afirmou discutir profundamente o assunto, porém a disciplina que se aprofunda no assunto foi ofertada uma única vez como foi relatado por E3. Sendo assim, pode se dizer que a Educação Ambiental é tratada de forma rasa pelas fichas de disciplinas optativas, e não é tratada nas fichas de disciplinas obrigatórias.

Nos planos de ensino, apenas uma disciplina obrigatória tratou em algum momento das questões ambientais, porém não foi de forma profunda, e uma disciplina optativa trabalhou de forma profunda as questões ambientais. Como já citado esta disciplina optativa é pouco ofertada pelo curso. Portanto, pode se dizer que a Educação Ambiental, ou questões contábeis socioambientais não constam na maioria dos planos de ensino pesquisados.

As entrevistas mostraram que os docentes possuem plenos conhecimentos sobre as questões ambientais, e a maioria considera importante a implementação destes temas no curso. Apenas um docente possui pesquisas que trata de um tema relacionado com as questões ambientais. Os relatos apontaram que os temas relacionados às questões ambientais são discutidos em pelo menos sete disciplinas, sendo seis delas de natureza obrigatória – Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Intermediária 1, Contabilidade Internacional; Direito Ambiental; Métodos e Técnicas de Pesquisa I; Teoria da Contabilidade; e uma disciplina de natureza optativa como a Educação Ambiental.

Nota-se que na prática pedagógica o tema é inserido nas discussões de diversas disciplinas como relatado, mesmo que não conste em documentos como as fichas de disciplinas e planos de ensino. Comparando os relatos e as análises documentais, os documentos denotam que o tema aparece apenas na disciplina obrigatória Ética e Responsabilidade Social, e na disciplina optativa Educação Ambiental. É possível até mesmo que a discussão perpassa pela prática de mais docentes, pois a amostra é menor que a totalidade de docentes vinculados ao curso.

De todos os docentes entrevistados a maioria trata, em algum momento, sobre os temas ambientais em pelo menos uma disciplina. Apenas dois docentes não trabalham nenhuma questão ambiental em suas disciplinas. A maioria desconhece a Resolução da UFU que trata da política ambiental e não sabem como o curso no qual ministram suas aulas fez para atender a essa legislação. Por fim, a maioria dos(as) docentes veem como importante trabalhar as questões ambientais no curso, embora em suas falas não tenham sido identificadas possíveis metodologias utilizadas para esse fim. Entendeu-se por meio das

informações que as discussões são expositivas quando se apresenta algum conteúdo específico.

Apesar de E3 ter afirmado que os/as discentes que se formaram antes da oferta da disciplina optativa Educação Ambiental [a disciplina está sendo ofertada pela primeira vez no semestre 2020-2, no período de agosto a novembro de 2021] não terem tido nenhuma formação em relação às questões ambientais, pode se afirmar que a Educação Ambiental está presente na sala de aula, porém são poucas as disciplinas que tratam deste tema e são poucos os conteúdos que são discutidos nestas disciplinas.

Os relatos dos(as) outras(as) docentes entrevistados deixaram evidente que questões socioambientais fazem parte de suas discussões, ao menos em sala de aula. Ao ensinar a contabilização de ativos e passivos ambientais, na forma de ativos e passivos contingentes, está sendo discutida a contabilidade ambiental. Ao trazer para a exposição de um conteúdo um desastre ambiental como ocorrido em Brumadinho e relacionar o reflexo desse evento ao resultado (lucro ou prejuízo) e aos indicadores econômico-financeiros, está sendo discutida a Educação Ambiental. Também ao se falar em constituição de passivos e provisões ambientais está sendo explicado que se uma empresa degrada ou prejudica de alguma forma o meio-ambiente ela será cobrada por isso. Logo, a responsabilidade socioambiental, está intrínseca na formação do contador e na prática em sala de aula dos docentes desta pesquisa.

Constatou-se, todavia, que as questões socioambientais são discutidas de forma fragmentada em componentes curriculares específicos, não dialogam umas com as outras, pois conforme as informações colhidas nas entrevistas o tema está fechado em disciplinas isoladas. Mesmo assim, entende-se que a Educação Ambiental perpassa pelos conteúdos afins à contabilidade discutidos, pois embora não haja previsão em documentos como PPC, fichas de disciplinas e planos de ensino, isso não impede que docentes as insiram em suas aulas.

Confirmou-se, por fim, que a Educação Ambiental é tratada no curso, em eventos de pesquisa e extensão, quando são ministradas palestras e mesas redondas para discussão de temas relacionados ao meio ambiente, constatando-se que o tema perpassa de forma transversal, pelos conteúdos da contabilidade e da formação do profissional contábil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR L. D., BARBOSA M. F. N. Educação Ambiental no ensino de superior: ditames da política nacional de educação ambiental. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 8, n. 2, p. 229-255, 2018. Disponível em:

<http://www.uces.com.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/5259/3505>.

Acesso em: 12 out. 2021.

ANDRADE, A. C. **A educação ambiental no ensino superior: disciplinaridade em discussão**. 2008. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3441/ageu-cleon-de-andrade-resumo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

ANDRADE, E. S. **A prática nossa de todo dia: uma discussão sobre a interdisciplinaridade no ensino de contabilidade**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23822/3/PraticaNossaTodo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

ARAÚJO, T. S., LEAL, E. A. Ensino da contabilidade ambiental: uma análise comparativa do currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e currículos propostos pelas instituições públicas da região sudeste. *In*: CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 1,

2015, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015. p. 1-17. Disponível em: http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-2901-2901_ensino_de_contabilidade_ambiental.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

BATISTA M. S. S., RAMOS M. C. P. **Desafios da Educação Ambiental no ensino superior** – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0356.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BILERT, V. S. S.; LINGNAU, R.; OLIVEIRA, M. R. A Educação Ambiental nos cursos das ciências sociais aplicadas. **Perspectiva**, Erechim. v. 38, n. 142, p. 103-113, jun., 2014. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/142_422.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contextos históricos e pressupostos pedagógicos**. MEC, 2019. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/131/90>. Acesso em: 10 maio 2021.

FRANCISCO, W. C. **“Eco-92”**. Brasil Escola. 2016. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GALLO, S. **Transversalidade e meio ambiente**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente - Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep- MEC/SEF/COEA, 2001. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/15-26.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GALVÃO, C. C. A.; TENORIO, J. N. B. Um estudo sobre o ensino da contabilidade ambiental nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ABC, 2009.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO *et. al.* Educação ambiental e desenvolvimento sustentável na formação em ciências contábeis. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 3, p.73-91, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9735>. Acesso em: 12 out. 2021.

MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; MEDEIROS, C. R. O. Interdisciplinaridade no curso de Ciências Contábeis: os desafios e as possibilidades de aprender e ensinar a partir de uma experiência. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 1-22, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/249/84>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOREIRA, J. A. *et al.* Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável na formação em Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 3, p. 73-91, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9735/7737>. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLEIRO, W. N. **A educação ambiental no ensino de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011438.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, K. E. A. **Educação Ambiental em cursos de Ciências Contábeis da Paraíba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5311/1/KarlaEAO_DISSERT.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, C. **Prevenção à poluição industrial: identificação de oportunidades, análise e benefício e barreiras**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-08042008-150419/publico/TeseCarmenluciaSantos.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SILVA, A.; HAETINGER, C. Educação Ambiental no ensino superior – o conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. **Revista Contexto & Saúde**,

v. 12, n. 23, p. 34-40, 2012. Disponível em:
<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1832>. Acesso em: 12 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Conselho Universitário. **Resolução nº 26, de 30 de novembro de 2012.** Estabelece a Política Ambiental da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Conselho Universitário, 2012. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/6_-_resol._consun-ufu_26-2012_-_pol.amb_.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

VARELO, E. M. *et al.* Ensino da contabilidade ambiental nas instituições de ensino superior brasileiras. In: CSEAR CONFERENCE SOUTH AMERICA, 2, 2011, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: CSEAR Conference South America, 2011. Disponível em: <http://website.acep.org.br/2011/wp-content/uploads/2014/11/ARTIGO-211.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WEIZENMANN, C. A. **A discussão sobre a inclusão da disciplina de contabilidade ambiental no currículo dos cursos de ciências contábeis.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34899/000784498.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2021.